



**CNH Industrial Brasil Ltda.**  
Avenida General David  
Sarnoff, 2.237, Sala CNH,  
Cidade Industrial  
Contagem/MG -Brasil  
CEP 32.210-900  
CNPJ: 01.844.555/0001-82

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21000.042507/2025-77**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

**CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.844.555/0001-82, com matriz na Avenida General David Sarnoff, nº 2.237, Cidade Industrial, Contagem/MG – CEP 30.855-070, por seu representante, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 164 da Lei nº. 14.133/21, apresentar,

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

Pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas.

**I – BREVE SÍNTESE**

A impugnante é fabricante de equipamentos de construção das marcas CASE CONSTRUCTION e NEW HOLLAND CONSTRUCTION, mundialmente conhecidas e de qualidade, confiança e robustez igualmente reconhecidas pelo mercado (nacional e internacional), com 43 unidades industriais e 40 centros de pesquisa e desenvolvimento de produtos espalhados em cerca de 170 países, habilitando-a tecnicamente para expor o que se seguirá nos próximos tópicos.

O presente Pregão promovido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, por seu turno, tem como objeto a aquisição de diversos tipos de máquinas/equipamentos pesados

conforme condições, quantidades e exigências técnicas estabelecidas no Edital e seus anexos, incluindo retroescavadeiras e pás carregadeiras, buscando atender às necessidades de desenvolvimento regional/territorial.

Todavia, algumas exigências constantes do edital apresentam, na verdade, **restrições técnicas que não se mostram essenciais ou plenamente compatíveis com a realidade do mercado**, o que pode comprometer a competitividade e a isonomia entre os licitantes, contrariando princípios essenciais do processo licitatório. Por esse motivo, a impugnante apresenta os pontos a seguir para análise e retificação.

## II - DOS PONTOS IMPUGNADOS

Ao analisar o edital do presente pregão eletrônico, constata-se que algumas exigências técnicas, constantes do **Termo de Referência**, embora acredite-se que formuladas com a intenção de assegurar qualidade e desempenho, não se revelam essenciais nem plenamente compatíveis com as práticas consolidadas do mercado, talvez por ter sido preparado por profissionais que não possuem tanta expertise no tema. Tais disposições, da forma como estão redigidas, podem, inclusive, acabar por restringir a competitividade e afastar fabricantes tradicionais, maculando o processo licitatório como todo ao afrontar princípios essenciais.

Desta forma, os pontos a seguir, são objeto da presente impugnação:

### **1. RETROESCAVADEIRA – ITENS 1 a 5**

O Termo de Referência estabelece, para retroescavadeiras, a exigência de **cilindrada de 4 litros, peso operacional mínimo de 7.600 kg e freio de estacionamento através de alavanca**. No entanto, a análise técnica demonstra que tais requisitos não guardam relação direta com o desempenho efetivo do equipamento e acabam por restringir a participação de modelos consolidados no mercado.

#### ➤ **Cilindrada de 4 litros**

A exigência acima não constitui indicador técnico essencial, uma vez que o desempenho da retroescavadeira está diretamente vinculado à **potência efetiva do**

**motor**, já prevista no edital como mínima de 85 hp. A cilindrada, por si só, não garante maior eficiência ou robustez, pois diferentes tecnologias de combustão, sistemas de injeção e projetos de engenharia permitem que motores com cilindradas distintas entreguem a mesma potência, com igual ou até superior desempenho.

É importante observar que, fabricantes renomados adotam soluções variadas, inclusive decorrentes da constante evolução tecnológica: alguns motores de menor cilindrada alcançam alta potência graças à eficiência energética e ao uso de turbocompressores, enquanto outros de maior cilindrada podem ter desempenho semelhante sem ganhos adicionais. Assim, exigir um limite mínimo de cilindrada acaba por restringir indevidamente a competitividade, afastando modelos que atendem plenamente às necessidades operacionais.

Diante disso, **solicita-se a retirada da exigência de cilindrada mínima**, mantendo-se apenas o critério de potência, que é o verdadeiro indicador de desempenho e produtividade.

➤ **Peso operacional mínimo de 7.600 kg**

A exigência acima não constitui indicador técnico essencial, uma vez que o desempenho de uma retroescavadeira não decorre de sua massa estática, mas sim da combinação de fatores como a potência do motor, a força hidráulica disponível, a estabilidade do conjunto e a geometria dos implementos.

Deve-se observar que, com os avanços tecnológicos, os fabricantes passaram a empregar materiais de alta resistência e soluções estruturais que permitem reduzir o peso sem comprometer a durabilidade ou a segurança. Dessa forma, a fixação de um limite mínimo de massa ignora a evolução do setor e acaba por restringir a participação de equipamentos que, mesmo mais leves, atendem plenamente às exigências de desempenho.

É o caso dos modelos **Case 580NS2**, que possui peso operacional de **7.194 kg** e **New Holland B95B**, que possui peso operacional de **7.445 kg** e cumprem integralmente os requisitos de potência e capacidade de caçamba previstos no edital. Outros modelos disponíveis no mercado, como John Deere 410L (7.357 kg) e Caterpillar 416 (7.214

kg), também se situam abaixo do limite imposto, evidenciando que a exigência não reflete a realidade técnica do setor.

Diante disso, **solicita-se a retirada da exigência de peso operacional mínimo de 7.600 kg para as retroescavadeiras ou, subsidiariamente, sua readequação para 7.190 kg**, de modo a permitir a participação dos modelos da impugnante e de outros equipamentos equivalentes, garantindo a competitividade adequada no certame.

➤ **Freio de estacionamento através de alavanca**

A exigência em questão não constitui indicador técnico essencial, uma vez que tanto o sistema de acionamento por **alavanca** quanto por **interruptor no console** atendem plenamente às normas de segurança e garantem o funcionamento adequado do equipamento.

Inclusive, o sistema por **interruptor** representa uma solução mais moderna e eficiente, oferecendo operação ergonômica, acionamento preciso, integração com sistemas eletrônicos de segurança e menor desgaste mecânico, o que aumenta a confiabilidade e reduz custos de manutenção para a administração pública, por exemplo. Já o sistema por alavanca, embora tradicional e seguro, é uma tecnologia antiga e com maior impacto (financeiro e ergonômico) para a operação.

Ao restringir o edital apenas ao modelo por alavanca, afasta-se a possibilidade de participação de fabricantes que adotam soluções mais modernas, eficazes e seguras, sem qualquer prejuízo ao desempenho.

Diante disso, **solicita-se que o edital aceite ambos os sistemas, alavanca ou interruptor**, garantindo flexibilidade técnica, maior competitividade e alinhamento às práticas consolidadas do mercado.

## **2. PÁ CARREGADEIRA – ITENS 6 a 10**

O Termo de Referência estabelece, para as pás carregadeiras, a exigência de **força de desagregação da caçamba de no mínimo 120 kn**. A análise técnica demonstra que essa condição igualmente não possui fundamento suficiente para ser considerada

indispensável ao desempenho ou à segurança do equipamento, e, mais uma vez, acaba por restringir a participação de fabricantes consolidados que utilizam soluções distintas, mais modernas e igualmente seguras e adequadas.

A exigência acima não constitui indicador técnico essencial, uma vez que **não guarda compatibilidade com os padrões de mercado para a categoria** de máquinas especificada no edital (**potência mínima de 125 hp e peso operacional mínimo de 10.000 kg**).

Os principais modelos comercializados no Brasil, amplamente reconhecidos pela robustez e eficiência, apresentam valores significativamente inferiores, como a **CASE W20G (8.126 kgf)** e a **New Holland W12D (8.071 kgf)**, que atendem **plenamente** às faixas de potência e peso operacional previstas no edital. Além disso, outros modelos disponíveis no mercado, como Caterpillar 920K (7.894 kgf) e John Deere 444G (8.000 kgf), evidenciam que a exigência de 120 kn está fora da realidade técnica do setor/categoria do equipamento pretendido.

Para alcançar o valor especificado em edital, seria necessário ofertar máquinas de categoria superior, com maior porte estrutural e força operacional, o que acarretaria aumento de custo de aquisição, manutenção e consumo de combustível para a administração pública, contrariando o propósito do edital de adquirir equipamentos dentro de uma faixa técnica e operacional específica.

Diante disso, **solicita-se a redução da força de desagregação mínima para 7.800 kgf (77 kn)**, valor compatível com os padrões de mercado e suficiente para assegurar desempenho adequado, sem prejuízo à competitividade e à economicidade.

### III – DO DIREITO

A presente impugnação encontra amparo nos princípios e normas que regem as contratações públicas, especialmente na Lei nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes para a elaboração de editais e termos de referência.

O art. 5º da referida lei consagra os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, impondo à Administração o dever de assegurar

condições que permitam a ampla participação dos interessados, sem restrições desnecessárias ou desproporcionais.

Além disso, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal dispõe que a licitação deve assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes. Ao impor requisitos sem pertinência técnica, o edital compromete esse princípio constitucional, criando barreiras artificiais que não atendem ao interesse público.

É importante destacar que a **finalidade da licitação não é restringir, mas sim ampliar a disputa**, de modo que a Administração possa selecionar a proposta mais vantajosa. Exigências excessivas ou desnecessárias, como as apontadas, acabam por direcionar o certame e limitar a escolha de soluções que poderiam oferecer melhor custo-benefício, contrariando o espírito da lei.

Portanto, ao impor condições que não guardam relação direta com a finalidade do objeto, o edital viola os princípios da **legalidade, isonomia, competitividade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa**, previstos na legislação vigente.

O Edital, nos termos do item 15, estabelece também que “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame”, podendo “ser realizados por forma eletrônica, mediante e-mail ao endereço: [licitacao@agro.gov.br](mailto:licitacao@agro.gov.br)”, motivo pelo qual o exercício deste direito, pela impugnante, nesta data, é cabível e tempestivo.

Diante disso, **requer-se o acolhimento da presente impugnação, com a correção das exigências apontadas**, de modo a assegurar a ampla participação dos licitantes e a plena observância dos princípios que regem as contratações públicas.

#### IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se o **acolhimento da presente impugnação**, com a consequente **revisão das exigências** constantes do Termo de Referência, especificamente:



1. **Quanto a Retroescavadeira – Itens 1 a 5:** A exclusão da exigência de cilindrada mínima de 4 litros, mantendo apenas o critério de potência bruta mínima de 85 hp, que é o verdadeiro indicador de desempenho operacional; a exclusão da exigência de peso operacional mínimo de 7.600 kg, ou, subsidiariamente, sua readequação para 7.190 kg e o ajuste da especificação para admitir tanto o freio de estacionamento acionado por alavanca quanto por interruptor no console, garantindo flexibilidade técnica e maior competitividade;
2. **Quanto a Pá Carregadeira – Itens 6 a 10:** A redução da exigência de força de desagregação mínima de 120 kN (12.236 kgf) para 7.800 kgf (77 kN), valor compatível com os padrões técnicos de potência e peso operacional estabelecidos no edital e com os equipamentos amplamente comercializados no mercado nacional.

Termos em que,

Pede deferimento.

Contagem/MG, 28 de novembro de 2025.

---

**CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.**  
**Helder Salomão Júnior**  
**Gerente Jurídico**  
**OAB/MG – 124.721**